

Saída é reduzir gastos

O economista Gustavo Franco, da PUC do Rio, afirma que o orçamento da União para 1993 evidencia a dificuldade que o governo terá para acertar suas contas este ano. A séria crise fiscal que o país está vivendo mostra que o crescimento verificado nesse início do ano não é sustentado. "O orçamento prevê despesas de US\$ 200 bilhões, incluindo a rolagem dos títulos da dívida pública, o que representa mais da metade do PIB. Como o Executivo vai fechar essa conta se a arrecadação da União, estados e municípios em conjunto corresponde a apenas 22% do PIB?", indaga Gustavo Franco.

Mesmo com essa crise nas finanças públicas, os economistas não acreditam que a solução esteja no ajuste fiscal, a ser apreciado pelo Congresso essa semana e que, na verdade, cria apenas mais uma tributo, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), obrigando o contribuinte a recolher imposto a cada emissão de cheque,

resgate de aplicação financeira ou saque de dinheiro do banco.

Esse ajuste, para Franco, será só uma saída de emergência para o Tesouro. Além disso, se for aprovado pelo Congresso, o IPMF precisará ser regulamentado, o que deve ocorrer no segundo semestre, junto com a revisão constitucional, que prevê discussão do capítulo tributário. Como o prazo de vigência do IPMF é até dezembro, o IPMF não terá efeito prático.

O que Máílson da Nóbrega e Gustavo Franco defendem como solução definitiva é a aprovação de uma reforma fiscal cortando despesas da União e fiscalização para reduzir a sonegação.

Máílson da Nóbrega acha que o problema maior, que não está sendo discutido pelo Congresso é o federalismo fiscal. É necessário, em sua opinião, redefinir as receitas e despesas da União, estados e municípios, sem o qual não haverá equilíbrio na contas do Tesouro.